



As cartas pastorais do episcopado brasileiro e alagoano no arquivo da cúria metropolitana de Maceió (1890-1962)

César Leandro Santos Gomes¹

Introdução

As cartas pastorais escritas pelos Bispos da Igreja Católica, na teoria, possuiriam a função de gerir as paróquias, instruir o clero, averiguar as formas como os ritos sacramentais e a doutrinas são administrados pelos clérigos aos fiéis. Elas poderiam ser enquadradas dentro dos diversos textos e manuscritos doutrinários produzidos pela Hierarquia Católica durante toda a história da Igreja Romana, tais como documentos teológicos, textos apocalípticos, epístolas apostólicas, bulas Papais, cartas encíclicas, constituições religiosas e etc. E, que tem como propósito aludir aos escritos neotestamentários paulinos e pedrinos (REIS, 2011, pp. 1-2).

Como fontes históricas as pastorais constituem uma excelente ferramenta de análise dos discursos episcopais, de suas formulações ideológicas, das suas relações de poder com determinadas classes sociais. Atuando nas construções de respostas aos problemas sociais como uma ferramenta de assegurar a função da Igreja como detentora de uma visão de mundo, ou realidade social, dentro de seus princípios morais, éticos e religiosos. (BERGER, 1985, p. 42.)

Dessa forma, o trabalho tem por intuito apresentar os resultados preliminares do projeto de pesquisa "População e Relações de Poder na Documentação Histórica do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, séculos XIX e XX", desenvolvido em parceria entre o curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), por meio da *Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico*

¹ Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões – LIER/UFAL, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Irinéia Maria Franco dos Santos, atuando nas linhas de pesquisa: Religiões, Cultura e Identidade e Religiões, Estado e Relações de Poder. E-mail: cesarl.gomes@hotmail.com



Institucional (BDAl). Atraves dele se analisou o conjunto de 288 cartas pastorais do episcopado brasileiro e alagoano.

Para melhor compreensão da problemática estudada, dividiu-se o trabalho em dois momentos: Primeiro, apresentar-se-á, brevemente, a conjuntura histórico-social da Igreja Católica, entre o final do século XIX e início do XX. Pretende-se observar a finalidade e a forma empregada pelo Episcopado para a utilização das Cartas Pastorais. Em seguida, ponderar-se-á sobre os resultados parciais da pesquisa, obtidos por meio da análise documental e catalogação do acervo localizado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

I. A Conjuntura Histórica e Social da Igreja Católica no Brasil (1889-1962)

Considera-se o final do século XIX, especificamente com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, como o momento que “estimulou” a reorganização das estruturas da Igreja Católica brasileira. Esse “impulso” se deu, por meio da expansão das dioceses ao longo do território brasileiro, criação de colégios católicos, seminários, na valorização dos aspectos internos do catolicismo em contrapartida aos aspectos externos – como festividades e procissões – caracterizadas pela presença maciça de uma religiosidade popular, vistas com maus olhos pelo clero tradicional (TEXEIRA, 2005, p. 18). Além disso, o início do período republicano também é marcado por uma reaproximação gradual entre a Igreja Católica brasileira e Roma.²

² Entende-se, dentro dos debates relacionados as estruturas burocráticas, ideológicas e doutrinárias da Igreja no final do século XIX e início do XX, como “*Processo de Romanização*” essa aproximação gradual entre a Igreja e o Vaticano romano. Ela se deu com a finalidade homogeneizar o catolicismo brasileiro, legitimar a existência de um “Catolicismo oficial” Tradicional em contraposição as práticas de devoções consideradas externas e populares, marcadas por “misticismos” e superstições. Vide. MARTIN, Jéri Roberto. História e Historiografia da Romanização - Reflexões Provisórias. In.: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.º. 30, pp. 149-169, outubro de 2001; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In.: Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010; TEXEIRA, FAUSTINO. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In.: Revista USP, São Paulo, n.67, p. 14-23, setembro/novembro 2005.



Essa aproximação entre Igreja brasileira e a Santa Sé surgiu como uma das conseqüências da separação entre a Instituição Religiosa e o Estado com extinção do Padroado Régio, após a publicação do decreto 119-A em 7 de janeiro de 1890 (AQUINO, 2002, p. 149). Antes disso, os Monarcas (inicialmente o Rei de Portugal e posteriormente o Imperador do Brasil) atuavam como representante político e religioso do Papa no território brasileiro. Possuindo todas as honras que o título de Grão-Mestre da Ordem de Cristo poderia lhe conferir. Tendo poder inclusive, como afirma diversos autores, para nomear ou substituir um bispo de uma determinada diocese, podendo também aceitar ou rejeitar a determinações vindas de Roma para o território brasileiro (ALVES, 1979, p. 20) (HORNAERT, 2008, p. 164).

Sobre as Dioceses brasileiras aponta-se que durante boa parte do período Colonial e Imperial o território brasileiro contava apenas com uma Arquidiocese na Bahia e 11 (onze) dioceses.³ Essas cobriam grandes extensões territoriais. Já no final do século XIX e início do XX inicia-se o que Mauricio de Aquino denomina como “*Processo de Diocesanização do Catolicismo brasileiro*” (AQUINO, Op. Cit, p. 156), compreendidos como “desmembramentos” dos espaços geográficos pertencente às antigas dioceses e a criação de novas jurisdições (ROSENDAHL; CORRÊA, 2006, p. 8). Transformando e reorganizando o mapa eclesiástico brasileiro.

Porém, apesar de conferir certa “autonomia” à Igreja, o fim do Padroado Régio não só ocasionou conseqüências positivas. Alguns setores da Igreja acabaram interpretando a separação entre as esferas política e religiosa, e perda da posição “religião oficial do país”, como uma “heresia” resultante da influência das ideias liberais propostas pela a Revolução Francesa de 1789 que defendia a laicidade do Estado (ALVES, Op. Cit.. p. 34)

³ Essas correspondiam as Dioceses de Belém, Mariana, Olinda, São Luís, Rio de Janeiro, Cuiabá, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará e Diamantina. Para melhor compreender a dinâmica das Dioceses e as suas relações com uma “*Geografia do Sagrado*” durante os períodos de 1551 a 1930, onde o processo de difusão de dioceses esteve associado a uma estratégia territorial que visava garantir a uma apropriação de amplos territórios para a Coroa portuguesa, e mais tarde, com a independência em 1822, o Império brasileiro. Vide ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e Territórios Diocesanos no Brasil: 1551-1930. In.: *Scripta Nova* - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 218 (65), 1 de Agosto de 2006.



(MAINWARING, 2008, pp. 41-42). Vale ressaltar que a Igreja tinha recentemente passado por um Concílio Ecumênico durante os anos de 1869 a 1870, convocado para contestar esses ideais difundidos na Europa durante o processo de pós-revolução, entre elas as noções de igualdade, liberdade e fraternidade e contra a disseminação de doutrinas filosóficas e científicas que se contrapunham ensinamentos e princípios católicos.⁴ Logo, devido a esse fato e aos embates ocorridos entre Igreja e o Estado Imperial em meados do século XIX⁵, a Igreja brasileira terminou por observar a influência que detinha na sociedade aos poucos diminuir.

Todavia a questão não apenas limita-se a coexistência de conflitos nos campos políticos, religiosos e ideológicos. Percebe-se por trás dos discursos e pronunciamentos do Episcopado a invocação, nas entrelinhas, de uma problemática de caráter socioeconômico. Considera-se que durante todo o período marcado pela relação Estado-Igreja consistia ao rei de Portugal - e posteriormente do imperador - a responsabilidade de prover as condições necessárias para a subsistência da Instituição Eclesiástica no território brasileiro (ALVES, Op. Cit, p. 20). Por outro lado, haveria as concessões, tributos e os dízimos pagos pela Igreja aos Monarcas pelos quais estavam ligados por meio de relações burocráticas, políticas e religiosas. E que faziam parte dos processos e acordos que submetiam a Instituição aos poderes temporais proposto pelo Padroado (ZANON, 1999, p. 25) (HORNAERT, p. 164).

⁴ Conhecido como Concílio Ecumênico Vaticano I (1869-1870) teve por finalidade posicionar o corpo eclesiástico católico diante dos “males” acarretados pelos processos de “modernização da sociedade”. Teve como uns dos pontos a definição da infalibilidade Papal, centralizado o poderio da instituição em torno de Roma. Cf. SANTIROCCHI, 2010, pp. 24-25; MEDEIROS, Wellington da Silva. Concílio Vaticano I (1869-1870), centralização do Catolicismo. In.: Revista Eletrônica Discente História.com, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ano 1, nº 1, 2013.

⁵ Denominar-se “Questão Religiosa” os conflitos sociopolíticos envolvendo setores da Igreja Católica brasileira, maçonaria e o Governo Imperial durante os anos de 1872-1875. Onde o Imperador Dom Pedro II, utilizando dos poderes conferidos pelo Padroado, revogou a publicação da Encíclica *Quarta Curta* (1864) e o *Syllabo dos Erros* (1861) no território brasileiro. O que repercutiu com as prisões de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, e D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, em 1874. Cf. ALVES, Op. Cit, pp. 30-31.



Com o fim dessa forma de “regalias” e “sujeição” a Instituição Religiosa encontrava-se a “mercê” de Roma e da própria sorte. A Hierarquia Católica viu a necessidade de reorganizar as suas estruturas e a reaver a antigos laços enfraquecidos, dialogando com as classes oligárquicas rurais, e muitas vezes chegando a compartilhar de suas posições políticas e ideológicas (MARTIN, 2001, p. 152).

Ao perder sua relação privilegiada com o Estado e a condição de religião oficial, no início do período republicano, a Igreja viu-se obrigada a se reestruturar e a redirecionar suas práticas no sentido de construir uma nova identidade institucional, constituindo, para isso, uma nova espiritualidade, adequada ao propósito mais amplo de redefinir sua participação na sociedade brasileira (CAES, 2002, p.55).

Como uns dos instrumentos desse projeto político e religioso usado pelo episcopado para reafirmar o espaço da Instituição Religiosa na sociedade brasileira, e influenciá-la, tem-se a utilização e publicação das Cartas Pastorais. Ressalta-se que emprego dessa documentação de cunho pastoral pelos Bispos não era algo absolutamente novo. As cartas Pastorais encontram-se presentes em todos os períodos marcados pela presença da Instituição história do Brasil.⁶ A prática acabou sendo constituída como parte das instruções religiosas implantadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*⁷, que por sua vez tinha a intenção de aplicar as reformulações do Concílio de Trento ocorrido na Europa, em 1545-1563 (LONDOÑO, 2003, p. 227) (ZANON, 1999, p. 60).

Tinha como finalidade a diminuição da distância territorial entre a sede da Diocese e as paróquias sobre a sua cobertura. Atuando como um meio do Bispo exercer o seu poder de forma invisível e simbólico (BOURDIEU, p. 1989), impondo a sua autoridade em meio aos seus diocesanos (LONDOÑO,

⁶ Melhor compreensão sob a utilização das Cartas Pastorais como fontes históricas Vide: LONDOÑO, Fernando Torres. Las cartas pastorales del Brasil del siglo XVIII. In.: Anuario de historia de la iglesia, n. 12, p. 225-232, 2003; _____. Sob a autoridade do Pastor e a Sujeição da Escrita Os Bispos Sudeste do Brasil do Século XVIII na Documentação Pastoral. In.: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. Editora UFPR; REIS, Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: A Construção de um Projeto Eclesial. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011; ZANON, Dalila. A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796). 1999. Dissertação (Mestrando em História). Universidade Federal de Campinas: São Paulo.

⁷ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Typografia 2 de Dezembro de 1853. Tomo III, §23-24.



2002, p. 162) (ZANON, Op. Cit. p. 60). As Cartas Pastorais, normalmente manuscritas, após serem enviadas a uma determinada paróquia ou capela deveriam ser lidas aos fiéis pelo padre ou vigário durante as celebrações (missas). Em seguida, tinham que ser anotadas em seus livros de Tombo, para que servissem de registro e para constatar sua futura aplicação (LONDOÑO, 1994. p. 97-98).

Para o século XIX pode-se indicar que com a chegada da imprensa no Brasil a documentação que uma vez era manuscrita passará a ser publicadas na forma de pequenos livretos (REIS, 2011, p. 2). Essa característica, hipoteticamente, pode ser inserida em uma problematização mais ampla ao considerar que as publicações das pastorais serviriam como uma forma da Igreja rebater os “Jornais Liberais” considerados como uns dos agentes de propagação das ideias anticlericais, constituindo-se o que é conhecido dentro da literatura acadêmica como a “Boa Imprensa”, junto com os primeiros jornais e periódicos católicos criados no final do século XIX e início do XX.⁸ Ou, ainda, a possibilidade da documentação pastoral impressa também atuar como uma forma de oposição ao avanço da doutrina protestante e a sua reconhecida prática de distribuição de “folhetos” como meios de evangelização. Permitindo que ideias e preceitos defendidos pela Igreja pudessem ser facilmente disseminados na sociedade (REIS, 2011, pp. 2-3).

Essa característica torna-se mais evidente ao analisar a Pastoral Coletiva do Arcebispado brasileiro publicada no ano de 1890 e, posteriormente, as dos anos subsequentes⁹, onde – de uma forma bem explícita - os Bispos brasileiros utilizaram as páginas do documento pastoral recriminando a separação dos poderes Estatais e religiosos, tentando reivindicar o seu lugar na sociedade como a detentora de seus bens espirituais e de salvação, e expressando abertamente as proposições e

⁸ CAES, André Luiz. A Palavra dos Pastores: As Cartas Pastorais dos Bispos Brasileiros (1821-1889). Disponível em: <<http://www.prp.ueg.br>>. Acesso em: 09 de Março de 2015.

⁹ AQUINO, Op. Cit., p. 153.



interesses sociopolíticos da Instituição Eclesiástica (AZZI; GRIJP, 2008, p. 13).

Após esse episódio, que cada vez mais as cartas pastorais foram publicadas ao longo das décadas do século XX, como partes do projeto de “recristianização” da sociedade, servindo como uma forma da Igreja expressar seus posicionamentos acerca da política, sociedade, “costumes modernos”, “defesa da moral e família”, doutrina e catequização e “combate heréticos” (MAINWARING, 1989, p. 17). Constituindo-se, alegoricamente, como uma espécie de “porta-voz” oficial dos princípios e tradições, ideológica da hierarquia Católica na sociedade e as formas como suas “articulações de pensamento” seriam formuladas e adequadas à contemporaneidade.¹⁰

II. O acervo de cartas pastorais do Arquivo da Cúria Metropolitana De Maceió (ACMM).

Observa-se que as Cartas Pastorais publicadas pelo Episcopado brasileiro, atualmente, constituem uma rica fonte histórica para tentar compreender a atuação da Igreja no Brasil. Elas podem tanto fornecer informações acerca das formas e instrumentos utilizados pela Instituição, como sobre as relações de poder e interesse do Clero com determinadas categorias sociais, sobre a construção de conjuntos de pensamentos e ideias com o intuito legitimar sua hegemonia por meio da elaboração de um discurso respaldado na busca de justificações e explicações para os problemas e questões em diversos campos, como por exemplo: Social, econômico, político, ideológico e religioso. Conforme afirmou André Luiz Caes, *“as Pastorais constituem para os pesquisadores de hoje, um referencial documental de grande valia para a compreensão e esclarecimento das relações estabelecidas entre a Igreja, o Estado e a sociedade brasileira naquele momento histórico”*.¹¹

¹⁰ CAES, Op. Cit. p. 6.

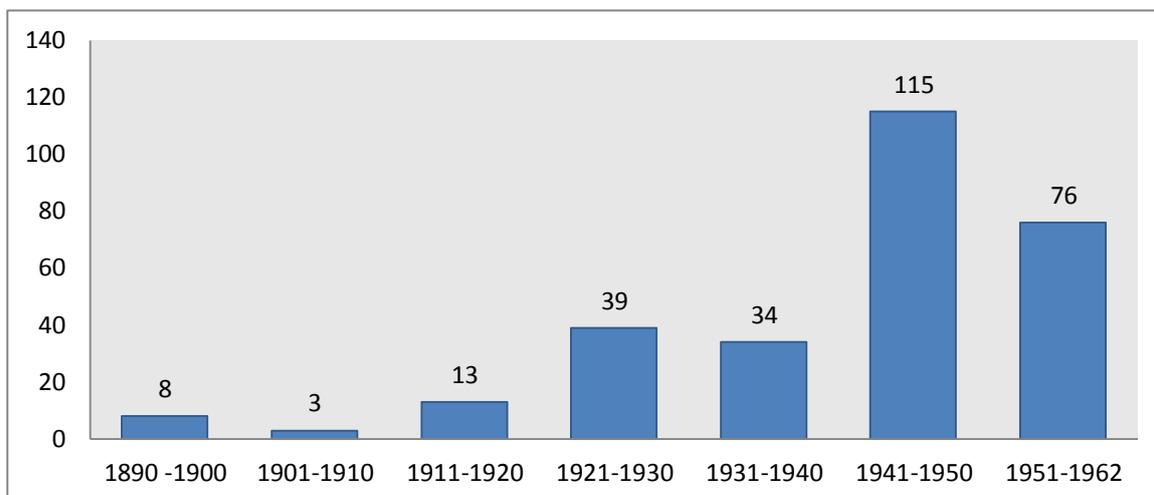
¹¹ Ibid, Op, Cit. p. 6



Partindo desse pressuposto, refere-se às fontes documentais que podem ser encontradas no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Fundado na década de 1940, durante o bispado de Dom Ranulpho Farias (1939-1963), onde se localiza uma diversidade de documentos históricos (manuscritos, datilografados e impressos) relacionados à Igreja brasileira e alagoana, do século XIX até o XX. Em especial, os exemplares das Cartas Pastorais do Episcopado que vão de 1890 a 2002. Nos livros de tomo da Arquidiocese – com a função de registrar o cotidiano da sede do bispado e das paróquias - menciona-se alguns registros sobre as ações Pastorais dos Bispos, a articulação entre a Diocese de Maceió com o Episcopado nacional e suas relações de sociabilidade e proximidade com as classes políticas locais.¹²

Tendo observado essas proposições, o projeto de pesquisa “*População e Relações de Poder na Documentação Histórica do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, séculos XIX e XX*”, desenvolvido em parceria com o curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), debruçou-se sobre a análise documental de aproximadamente 288 (duzentos e oitenta e oito) Cartas Pastorais que vão de 1890 a 1962, correspondendo a um corte temporal de quase 72 (setenta e dois) anos. Nessa conta também se insere as cartas registradas nos livros de tomo da Arquidiocese de Maceió. Inicialmente, o material trabalhado foi cuidadosamente higienizado, devido ao estado precário resultante do longo período que ficaram guardadas de formas errôneas. Em seguida, os documentos foram divididos em 7 (sete) grupos, cada um correspondendo a um período específico: (1) 1890-1900; (2) 1901-1910; (3) 1911-1920; (4) 1921-1930; (5) 1931-1940; (6) 1941-1950; e, por fim, (7) 1951-1962.

¹² ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Livros de Tombo da Arquidiocese de Maceió (1946-1955). Maceió/Alagoas.



Quadro 1: Cartas Pastorais do Episcopado Brasileiro e Alagoano (1890 – 1962) - impressas e nos Livros de Tombo da Arquidiocese de Maceió.

Por meio dessa breve catalogação nota-se que desde a publicação da Carta Pastoral Coletiva de 1890¹³ a hierarquia católica tem se esforçado em produzir cada vez mais documentos de teor semelhantes. Como mostra o *Quadro 1* o período que vai dos anos de 1941 a 1950 correspondem, numericamente, ao momento em que as produções das pastorais atingem seu auge. Tendo o indicativo de aproximadamente 115 (cento e quinze) publicações. Essa característica não tem só haver com os documentos produzidos no Brasil. De um modo global esse período também corresponde a um aumento da publicação de cartas encíclicas e bulas pelo pontífice romano.

Para entender esse fato deve-se relacioná-lo com uma conjuntura maior, tanto no nível nacional e internacional dos anos que vão de 1940 a 1950 (FAUSTO, 2007, p. 434). Sabe-se que muitas circunstâncias marcam esse período: Tem fim a Segunda Guerra Mundial em 1945; Com o fim do conflito armado tem início a ascensão de uma nova forma disputa hegemônica e política entre as duas superpotências mundiais, EUA e URSS, denominada como “Guerra Fria”; tem-se também a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), com a função de monitorar os países para tentar

¹³ PASTORAL COLETIVA. Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório. Rio de Janeiro, 1890.



evitar o recomeço de outro confronto bélico. No Brasil, os anos correspondem ao fim da ditadura varguista, em 1945, e a sua volta a presidência eleito democraticamente pela população em 1950. Justificado por esses fatores compreende-se a preocupação de setores da Igreja Católica em posicionar-se em busca de “novos rumos” para a Instituição, geridos de um embasamento intelectual e religioso com o objetivo de replicar uma determinada realidade da sociedade (BANDEIRA, 2000, p. 209).

Para a compreensão dos conteúdos abordado na documentação utilizou-se da mesma estratégia que o historiador Fernando Torres Londoño ao estudar fontes históricas similares sobre os Bispos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para o século XVIII (2002, p. 163-164). Porém, na situação em questão, voltando para um contexto mais recente, as Pastorais conseguiram ser classificadas em quatro categorias: (1) Administração Religiosa; (2) Doutrina; (3) Saudação aos Fiéis; e, (4) Conjuntura Política/Social.

As cartas que envolvem a temática da *Administração Religiosa*, como o nome aponta, são documentos cujas falas estão relacionadas aos problemas burocráticos e religiosos das paróquias. Possuem um fundo totalmente normativo com o fim de instruir o Clero sobre determinados aspectos das celebrações litúrgicas, as Irmandades e Associações religiosas, aos movimentos leigos como a Ação Católica Brasileira (ACB) e os Ciclos Operários (CO), as instituições de caridade e assistência social sobre a guarda da Igreja, sobre o Ensino Religioso nos colégios confessionais católicos. Contém ainda informações sobre a realização de eventos objetivando a reunião do corpo eclesial da Igreja, como por exemplo, o Concílio Plenário Brasileira de 1939, Os Congressos Eucarísticos realizados por todo o território brasileiro, a partir de 1952 a menção a Sinodos realizados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, na década de 1960, percebe-se a atmosfera do episcopado sobre a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), convocado pelo então Pontífice João XXIII.

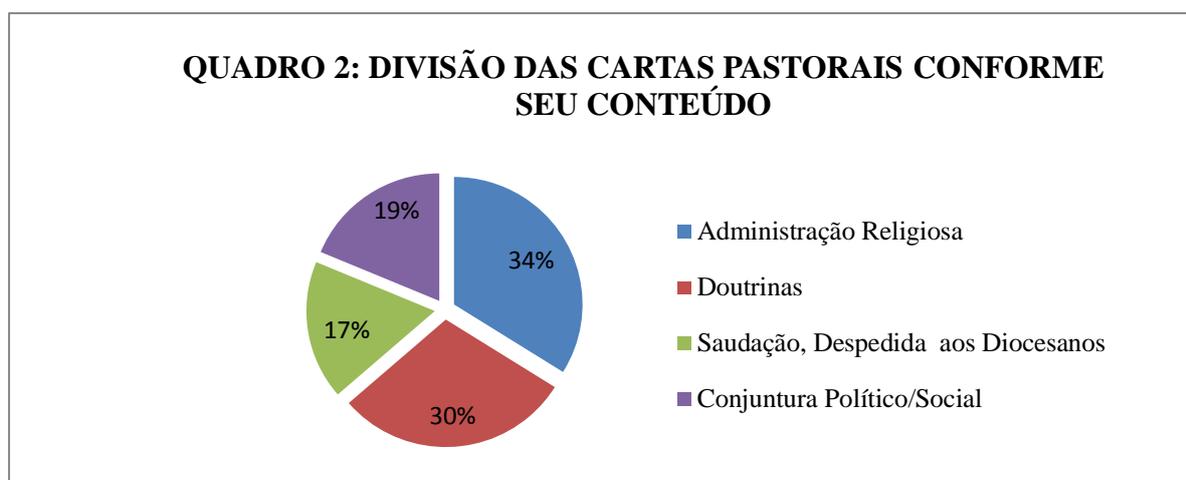


A segunda categoria de debates encontrados nos discursos das Cartas Pastorais está relacionado às questões *Doutrinais*. Por meio de uma breve leitura percebeu-se a argumentação do episcopado ligado a catequização da sociedade, ao combate ao que denominam como “males e heresias modernas”, especificamente seria o naturalismo, o evolucionismo, o Comunismo, o materialismo, o Liberalismo, o Espiritismo, o Protestantismo, a Maçonaria entre outros. Outras formas de recomendações percebidas são no campo da “moral”, dos “costumes cotidianos” e da “tradição”. A Igreja, nesse quesito, autoconsidera-se como uma espécie de baluarte, escudo e defesa da família brasileira contra o que definem como “Inimigos da Fé”. Ressalta-se a presença de uma atitude do Clero por meio de um discurso “moralizante” sobre determinadas práticas do cotidiano, como por exemplo: vestimentas (masculinas e femininas); formas e normas de condutas; jogos; bebidas alcoólicas; cinemas, livros e festas. Vistos como instrumentos que ameaçam a hegemonia da Igreja, deturpando seus preceitos e “descristianizando” a sociedade.

Em seguida, apontam-se as Cartas Pastorais de *Saudações e despedidas aos Diocesanos*. Percebeu-se que o papel dessa categoria de fundos documentais dava-se, primeiramente, como uma forma de comunicação entre os Bispos recém nomeados ao cargo aos seus novos diocesanos, como uma forma de aproximação entre ambas as partes. Por meio de uma leitura atenta nas *Saudações* é possível notar o “perfil” do novo administrador da jurisdição eclesiástica através da apresentação das estratégias de trabalho que pretende realizar e como o Bispo pensa articulá-las no dia a dia das paróquias sobre a sua cobertura. Já as *Despedidas* acontecem exatamente o contrário. Em alguns casos, ocorria a transferência de bispos para outras Dioceses. Então, aos seus antigos fiéis o Prelado fazia uma espécie de carta de despedida, com teor retrospectivo sobre suas ações e feitos em todos os anos que exerceu a função de Administrador Eclesiástico na jurisdição.

E, por fim, o último e quarto tipo de temática analisada na documentação Pastoral do ACMM pode ser indicado como *Conjuntura*

Política/Social. O teor dos assuntos abordados nessa categoria de Cartas Pastorais, muitas vezes, apresenta-se como forma de críticas a determinados acontecimentos, expondo o contexto e ambiente sociopolítico que o Brasil e a Igreja estão inseridos. Apresentando disposições do Episcopado sobre determinados problemas que permeiam a sociedade. Logo, a partir dos dados expostos pode construir o seguinte quadro.



Por meio do Quadro 2, em um panorama estático de 288 cartas pastorais, visualiza-se que grande parte do enfoque discursivo pode ser enquadrado na categoria de Administração Religiosa, correspondendo a 34%. Em seguida têm-se as Doutrinas, ocupando o equivalente a 30% dos debates do episcopado. Por seguinte encontra-se as Saudações e Despedidas aos Diocesanos, 17%, e Conjuntura Político/Social, com 19% respectivamente.

Contudo, ressalva-se que apesar da separação e análise “tipológica” realizada para melhor execução da pesquisa, considera-se que os limites textuais e narrativos que diferenciam uma carta da outra, às vezes, podem ser considerados finos e tênues. Muitos dos elementos encontrados em um “tipo” de Pastoral podem ser perfeitamente localizados em outra, sendo não necessariamente da categoria da anterior. Portanto, pode-se afirmar que as instâncias que compõe o discurso do *corpus* documental “circulam”



livremente entre as falas e as formas narrativas que compõe os interesses das pastorais, elaborando e legitimando o discurso “oficial” sobre um determinado assunto, em muitos casos reafirmando-o.

Prontamente, uma carta classificada como uma “Saudação aos Diocesanos” pode possuir características e um enunciado semelhante às qualificadas como Conjunturais, Doutrinais e Administrativas, pois os conteúdos escritos em suas páginas só passariam a ter significado a partir do momento que é inserido em um contexto e momento específico (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Da mesma maneira, uma Carta Pastoral enquadrada como “Conjuntural” pode em suas entrelinhas possuir argumentações similares as consideradas como “Doutrinais”, ao expressar determinada situação existente em um dos campos da sociedade e, conseqüentemente, indicando os seus agentes e responsáveis pela a propagação certos ideários e doutrinas, elaborando uma fala e resposta homogêneas a questões sociais específicas.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma pesquisa ainda em estágio de desenvolvimento consegue-se averiguar, até o presente momento, que grande parte das Cartas Pastorais publicadas pelo Episcopado brasileiro ao longo da primeira metade do século XX estão vinculadas a um modelo eclesiológico específico de Igreja. Através desse modelo a Igreja planejava “reconquistar” seu espaço e influência por meio da “recatolização” de setores da sociedade civil. Impedindo o avanço de doutrinas, correntes de pensamentos, contrarias. Nesse projeto político-eclesiástico, apontado como “Neocristiandade” dentro das produções acadêmicas sobre a temática (MAINWARING, *Ibid.*, p. 31), destacam-se os movimentos leigos como umas das “bases” para alcançar seus objetivos (FAUSTO, 2007, p. 398).

Considerando-se esse aspecto, inicialmente, obtêm-se a hipótese que a haveria uma relação entre as documentações pastorais, articuladas com os movimentos Leigos como a Ação Católica Brasileira (ACB) e suas



ramificações, como por exemplo: Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Universitária Católica (JUC); Juventude Operária Católica (JOC), ou os Movimentos/Círculo Operário Católico (COC), tanto nos níveis da instrução, como na produção intelectual, alvejando construir e regularizar as propostas e os preceitos defendidos no discurso da Hierarquia Católica.

Uma segunda hipótese ainda pode ser apontada, ao observar que a maioria das falas e ideias localizadas nas Cartas Pastorais, e que permearam e circularam especificamente a partir dos meados dos anos de 1940 ao final da década 1950, são críticas diretas ao naturalismo, materialismo, espiritismo e protestantismo. E que influenciaram nas décadas seguintes, especificamente no contexto anterior ao evento do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), os debates para a aplicação das reformulações conciliares em território nacional, como por exemplo, na publicação de documentos como Plano Pastoral de Emergência (PPE), de 1963, e o Plano Pastoral do Conjunto (PPC), de 1966. Propondo um diálogo entre os pronunciamentos das sessões, documentações e constituições conciliares e a realidade, quer seja política, social e religiosa, do Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE MACEIÓ. Coleção Cartas Pastorais (1890-1962). Maceió/Alagoas.

_____. Livros de Tombo da Arquidiocese de Maceió (1946-1955). Maceió/Alagoas.

BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcio Moreira. A Igreja e a Política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 - 2012.



AZEVEDO, Thales de. O Catolicismo no Brasil: Um campo para pesquisa Social. Salvador: Edufba, 2002.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. Historia da Igreja No Brasil - Terceira Época (1930 A 1964). Petrópolis: Vozes, 2008.

BANDEIRA, Marina. A Igreja Católica na virada da questão Social (1930-1964): Anotações para uma história da Igreja no Brasil – Ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000.

BERGER, Peter Ludwing. O dossel Sagrado: Elementos para uma teoria da sociologia da religião. São Paulo: Paulus, 1985. (Coleção sociologia e religião; 2).

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

CAES, André Luiz. As Portas do Inferno não prevalecerão - A espiritualidade Católica como estratégica Política (1872-1916). Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2002, Orientação de Eliane Moura da Silva.

_____ . A Palavra dos Pastores: As Cartas Pastorais dos Bispos Brasileiros (1821-1889). Disponível em: <<http://www.prp.ueg.br>>. Acesso em: 09 de Março de 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001

FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964). Tomo III, vol.3.4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira. nº.: 11)

HAUCK, João Fagundes, et. al. História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, Século XIX. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

HORNAET, Eduardo et. al. História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período colonial. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LONDOÑO, FERNANDO TORRES. Cotidiano Paroquial e Livros de Tombo. In.: Revista de Cultura Teológica. ISSN (impresso) 0104-0529 (eletrônico) 2317-4307 7 (1994) - 95-103.



_____. Sob a autoridade do Pastor e a Sujeição da Escrita Os Bispos Sudeste do Brasil do Século XVIII na Documentação Pastoral. In.: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. Editora UFPR.

_____. Las cartas pastorales del Brasil del siglo XVIII. In.: Anuario de historia de la iglesia, n. 12, p. 225-232, 2003.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTIN, Jérri Roberto. História e Historiografia da Romanização - Reflexões Provisórias. In.: Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, nº. 30, pp. 149-169, outubro de 2001.

MEDEIROS, Wellington da Silva. Concílio Vaticano I (1869-1870), centralização do Catolicismo. In.: Revista Eletrônica Discente História.com, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, ano 1, nº 1, 2013.

REIS, Edilberto Cavalcante. Visita e Cartas Pastorais: A Construção de um Projeto Eclesial. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Difusão e Territórios Diocesanos no Brasil: 1551-1930. In.: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 218 (65), 1 de Agosto de 2006.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In.: Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, nº 2, Agosto/Dezembro de 2010.

TEXEIRA, FAUSTINO. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In.: Revista USP, São Paulo, n.67, p. 14-23, setembro/novembro 2005.

ZANON, Dalila. A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796). 1999. Dissertação (Mestrando em História). Universidade Federal de Campinas: São Paulo.